

PARECER

TERMO DE FOMENTO a ser firmado com a CASA FAMILIAR RURAL

PROPONENTE: Casa Familiar Rural de Alpestre do Rio Grande do Sul

CNPJ: 03.218.926/001-46

PROJETO: Formação de Jovens Agricultores Familiares através da Metodologia da Pedagogia da Alternância

REPASSE: R\$ 432.000,00

Após análise dos requisitos para celebração do Termo de Fomento e aprovação da documentação apresentada pela proponente quanto ao atendimento das exigências contidas nos Art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2019 e o Decreto Municipal nº 1.774, de 03 de janeiro de 2019, emitimos o seguinte PARECER:

Considerando as orientações contidas no Art. 35, inciso V, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e o Decreto Municipal nº 1.774, de 03 de janeiro 2019, que a celebração e a formalização do Termo de Fomento dependerão da emissão de Parecer de Órgão Técnico da administração pública que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

Considerando o mérito da proposta e em conformidade com a modalidade de parceria definida, verificamos que está de acordo com o que preconiza a lei, ou seja, TERMO DE FOMENTO, sendo que este é o *“instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros”*.

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

Há identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei, por tratar-se de um projeto com :

- Finalidade de formar jovens filhos de produtores rurais, do município de Alpestre , na pedagogia da alternância, aperfeiçoando conhecimento nas atividades que vem no desenvolvimento na propriedade, permanecendo uma semana na CRF E duas semanas na propriedade onde desenvolve seu projeto de vida, tornando efetiva a permanência do jovem na propriedade rural, com a perspectiva de aumento na renda qualidade de vida pelos conhecimentos adquiridos voltados ao meio rural..

Neste sentido, a assinatura da parceria, caracteriza a reciprocidade de interesses de ambas as partes na realização, pois vem complementar e fortalecer as políticas públicas e os investimentos do município para qualificar a mão de obra nas propriedades rurais do município de Alpestre, formando administradores de suas propriedades e preparando jovens sucessores nas propriedades rurais

c) da viabilidade de sua execução;

Considerando o Plano de Trabalho, específico nas metas apresentadas e considerando as etapas apresentadas, para o ano de 2022 e 2023, descrevendo mensalmente as atividades a ser desenvolvidas nos itens 5, 5.1, 5.2 e 5.3 conclui-se que o plano apresentado é viável.

d) da verificação do cronograma de desembolso;

O cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho está compatível e permite a execução e sua real fiscalização, prevendo o desembolso mensal de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) mensais durante 24 meses em um total de R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais) no ano de 2022 e 2023.

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

Os meios a serem utilizados serão através de: acompanhamento e fiscalização com visita in loco pelo Gestor da Parceria, Relatórios da Comissão de Monitoramento e Avaliação e Prestação de Contas parciais e final.

No acompanhamento dos jovens em visitas de conhecimento em propriedades do município, e em atividades realizadas pelos jovens durante a permanência na Casa Familiar.


g) da designação do Gestor da Parceria; Gestor da Parceria foi designado através do Decreto nº 1.761/18.

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria; Foi designada Comissão de Monitoramento e Avaliação através da Portaria nº 048/21.

Considerando os documentos apresentados, concluímos pela possibilidade de celebração da parceria entre o Município de Alpestre e a Casa Familiar Rural de Alpestre para execução do Plano de Trabalho, desde que cumpridas as exigências legais.

É o PARECER.

Alpestre, 22 de dezembro de 2021.


Gilmar Matias da Silva
Secretario Municipal da Agricultura Abastecimento e meio Ambiente
Gestor da Parceria



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

**DECLARAÇÃO DE NÃO INCIDÊNCIA DA OSC
NAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO (Art. 39 da LEI Nº 13.019/2014)**

Eu, Gilmar Matias da Silva, brasileiro, solteiro, técnico em agropecuária, portador da Carteira de Identidade nº 9074576932 e CPF nº 99547676004, gestor da Casa Familiar Rural de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul, **DECLARO**, para os devidos fins de direito, que a entidade referida, bem como seus dirigentes, não incorre em quaisquer das vedações previstas no Art. 39 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Sendo assim, a citada entidade:

- Está regularmente constituída;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração/fomento (ou acordo de cooperação), estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- Não teve as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, (observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019/2014);
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Alpestre, 22 de dezembro de 2021.

.....
Gilmar Matias da Silva

Gestor da Casa Familiar Rural de Alpestre/Estado do Rio Grande do Sul



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

LEI Nº 2.580, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2021.

ESTE DOCUMENTO ESTEVE
NO MURAL PÚBLICO NO PERÍODO
DE 24/12/21 À 07/01/22

Assinatura / Carimbo

Ana Paula Tissiani
Oficial de Gabinete
Port. 173 de 04 junho 2018

Altera o valor do auxílio financeiro de que trata a Lei Municipal nº2.335, de 19 de março de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Termo de Parceria com a Casa Familiar Rural de Alpestre Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALPESTRE, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, delegadas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores, **APROVOU** e ele **PROMULGA** e **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica alterado o valor de que trata o Inc. I do Art. 2º da Lei Municipal nº2.335, de 19 de março de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Termo de Parceria com a Casa Familiar Rural de Alpestre Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências, o qual passa a ser de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) mensais a partir de 1º/01/2022.

Art. 2º Fica o Poder executivo autorizado a ajustar, para os próximos exercícios, a dotação orçamentária de que trata o art. 2º da lei nº2.335/2019, de acordo com a nova nomenclatura prevista no PPA, LDO e LOA.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alpestre, aos 24 dias do mês de dezembro de 2021.

VALDIR JOSÉ ZASSO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

DÉCIO DANIELI

Secretário Mun. da Administração



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

JUSTIFICATIVA

O objetivo mais notável da Lei nº 13.019/2014 é instituir um novo regime jurídico para celebração de parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil. Nos termos do artigo 32 da Lei 13.019/2014, a ausência de chamamento público, nas hipóteses autorizadas em lei, será objeto de justificativa do administrador público.

Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei, o extrato da justificativa previsto no **caput** deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Por essa razão justifico, o ofício recebido em data de 17 de dezembro de 2021, da Organização da Sociedade Civil – OSC, Casa Familiar Rural de Alpestre Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando Plano de Trabalho, o qual já foi efetivado em nosso Município nos anos anteriores, a fim de solicitar auxílio financeiro no valor total correspondente em R\$ 432.000,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil reais), dividido em 24 parcelas mensais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), a contar de janeiro de 2022 a dezembro de 2023, conforme detalhado em cronograma de desembolso.

A Casa Familiar Rural de Alpestre Estado do Rio Grande do Sul, já executou outros termos de parceria análogos com o Município de Alpestre-RS, com avaliação positiva dos resultados alcançados.

Analisando o caso em apreço entendo que se enquadra perfeitamente na hipótese elencada no art. 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/14, senão vejamos:

"Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

...

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de **educação**, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)"

A Organização da Sociedade Civil-OSC, Casa Familiar Rural de Alpestre Estado do Rio Grande do Sul, entidade privada sem fins lucrativos de atividade de natureza continuada na área de educação, inscrita no CNPJ nº 03.218.926/0001 - 46, apresenta projeto e solicita parceria para realização de TERMO DE FOMENTO, em acordo com o Município de Alpestre, para execução de atividade na área da Educação, com a finalidade de conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades na formação de jovens



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

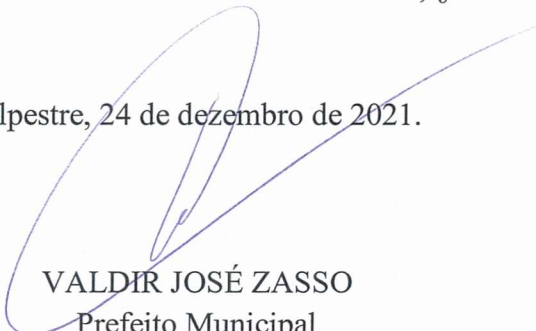
agricultores no Ensino Médio com a Qualificação para a Agricultura Familiar, conforme o projeto. Salienta-se, que a capacitação por alternância é o elo associativo entre o ensino formal e informal, gerando através da pedagogia da alternância, a unidade entre a teoria e a prática, modalidade reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação através da Deliberação nº 76/2017 do Processo SE nº 16/1900/004.54/44.2.

O Plano de Trabalho em análise casa perfeitamente com as políticas públicas da Administração de Alpestre. O referido projeto eleva o nome em destaque do município de Alpestre-RS, pela qualidade diferenciada de um ensino voltado para os jovens da agricultura familiar. O projeto apresentado, pela Organização da Sociedade Civil-OSC, Casa Familiar Rural de Alpestre Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando a permanência dos jovens no meio rural, através da Pedagogia da Alternância. Sendo de interesse público o projeto, já que o objetivo do Município é manter os jovens e sua população no campo, incentivando e fomentando a sua permanência no meio rural, buscando uma agricultura sustentável e empreendedora.

Assim, entendo que o caso em exame se encontra elencado na hipótese legal referida acima, sendo dispensável o chamamento público, devendo, contudo ser respeitados os demais dispositivos da Lei em epígrafe, no que lhe couber.

Publique-se a presente justificativa nos moldes do art. 32, §1º da Lei 13.019/14.

Alpestre, 24 de dezembro de 2021.


VALDIR JOSÉ ZASSO
Prefeito Municipal